

Congresso ainda precisa analisar o orçamento

Deliberação do pacote de gastos atrasou a apreciação

Por Karoline Cavalcante

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu adiar a análise do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, que estabelece o orçamento do governo federal para o próximo ano. A votação, prevista para ocorrer em sessão conjunta nesta quinta-feira (19), ainda não tem uma nova data marcada.

O adiamento ocorre em um momento crítico, com impasses relacionados ao pacote de corte de gastos enviado pelo Ministério da Fazenda. Após aprovação na Câmara, os projetos que integram o pacote precisam ser apreciados pelo Senado. O prazo, no entanto, é apertado, já que o recesso parlamentar está marcado para começar no dia 22 de dezembro. Os parlamentares correm contra o tempo para concluir as deliberações ainda este ano.

Um no outro

Na segunda-feira (16), o líder do Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), havia declarado que a votação da LOA depende da aprovação do pacote de contenção de gastos. “Sem a aprovação do pacote de contenção de gastos, não há razão de aprovarmos o Orçamento. Um tem que caber no outro”, afirmou.

Ao fim da sessão do Senado na última terça-feira (17), Pacheco não descartou a possibilidade de que a votação da LOA seja realizada no sábado (21). “É regimentalmente possível [votar no sábado]. Mas vamos tentar agilizar o máximo possível, obviamente, permitindo que haja o amadurecimento devido”, declarou o



Lula Marques/ Agência Brasil

Pacheco adiou, sem data definida, votação do orçamento

presidente da Casa.

O relator da LOA, senador Angelo Coronel (PSD-BA), afirmou que segue trabalhando na elaboração do parecer. “Estamos ouvindo parlamentares, partidos e membros do governo para construir uma proposta que não enfrente oposição, garantindo que o orçamento atenda às expectativas da população brasileira”, declarou Coronel.

LDO

Na quarta-feira (18), o Congresso Nacional aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 (PLN 3/24) em votação simbólica. O texto, relatado pelo senador Confúcio Moura (MDB-RO), agora segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A LDO estabelece as metas fiscais para o próximo ano, com foco no equilíbrio entre receitas e despesas, visando alcançar um déficit ou superávit

zero. O projeto aprovado prevê uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB), permitindo uma variação de até R\$ 30,97 bilhões, tanto para mais quanto para menos. Isso significa que o governo pode fechar o ano com um resultado negativo dentro desse limite e ainda assim cumprir as metas fiscais estabelecidas.

Como antecipado pela coluna Correio Político, caso a LDO não fosse aprovada antes do recesso parlamentar, o governo enfrentaria dificuldades na liberação de recursos mensais, sendo forçado a editar medidas provisórias (MPs) para garantir o funcionamento do orçamento até a aprovação definitiva. Com a aprovação da LDO, o governo poderá utilizar 1/12 do valor previsto anualmente a cada mês, caso o orçamento não seja aprovado neste ano, garantindo a continuidade da execução orçamentária.

Emendas

Em um movimento para facilitar a aprovação de pautas prioritárias ainda neste ano, o governo federal liberou na segunda-feira (16) R\$ 7,7 bilhões em emendas parlamentares, que estavam suspensas desde agosto por determinação do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). A liberação foi possível após uma decisão de Dino que determinou que os pagamentos fossem feitos com maior transparência e rastreabilidade.

Ao Correio da Manhã, o doutor em ciências políticas Leandro Gabiati comentou sobre a votação das pautas no Congresso: “O Congresso aprovou muitas matérias politicamente complexas nesta semana. A aprovação da LOA de 2025 não seria nada fora do normal. O governo trabalhou bem liberando emendas nas últimas horas. O Senado vai aprovar o que sair da Câmara”, concluiu Gabiati.

Barroso: processos no STF reduziram 15% este ano

Da Redação

No encerramento do Ano Judiciário 2024, nesta quinta-feira (19), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, anunciou uma redução de 15% no acervo de processos do Tribunal em relação a 2023. Atualmente, há 20.355 processos em tramitação no STF, a menor marca registrada em 30 anos.

Nesta última sessão do ano, o ministro apresentou prestação de contas com os dados estatísticos e as atividades desenvolvidas em 2024. Conforme divulgou, o STF produziu mais de 114 mil decisões, sendo 92.805 monocráticas e 21.436 colegiadas. Nesse período, o Tribunal recebeu 80.812 processos (26 mil originários e 54 mil recursos), com redução dos recursos e aumento relevante dos originários.

Barroso também registrou um aumento expressivo no número de reclamações – instrumentos processuais contra decisões que potencialmente descumprem entendimentos do STF. Em 2023, chegaram ao Tribunal 7.300 reclamações, número que passou para quase 10 mil em 2024, um aumento de 35%. “Essa é uma consequência de o Supremo ter se tornado um tribunal de precedentes, e esses precedentes serem vinculantes, o que justifica o aumento das reclamações”, afirmou.



Antonio Augusto/STF

Barroso fez o balanço das atividades do STF em 2024

Sessões

Durante o ano, o Plenário realizou 74 sessões presenciais e 52 virtuais, além de duas sessões solenes e uma sessão especial, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Foram julgados 7.714 processos, sendo 82 presencialmente. O Tribunal também realizou 1.050 audiências, sendo 70 de conciliação em processos cíveis e 980 em processos criminais.

Foram realizadas cinco audiências públicas, que trataram da regulação do uso de ferramentas de monitoramento secreto e invasivo de aparelhos digitais de comunicação pes-

soal por órgãos e agentes públicos; do programa das escolas cívico-militares no Estado de São Paulo; das desconexões tributárias para agrotóxicos; dos impactos das apostas online (bets); e da natureza das relações entre motoristas de aplicativo e plataformas digitais.

Repercussão geral

Neste ano, 79 novos temas foram encaminhados à sistemática da repercussão geral, na qual a decisão da Suprema Corte serve de base para os tribunais inferiores. Em 29 casos, foi reconhecida a repercussão, e outros 13 tiveram reafirmação

de jurisprudência. Em 37 temas foi afastada a repercussão geral da controvérsia, o que evitou a subida de milhares de processos. Entre as repercussões gerais antigas, foi julgado o mérito de 43 temas, liberando mais de 21 mil processos suspensos nos tribunais de origem.

Julgamentos

O ministro também destacou alguns dos julgamentos de grande relevância em 2024. Ele citou a não obrigatoriedade do regime de separação de bens nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoas com mais de 70 anos, a determinação para um plano de prevenção e combate a incêndios na Amazônia e no Pantanal, a ilegalidade de abordagem policial e busca pessoal motivadas por raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física e a responsabilidade estatal por disparo de arma de fogo durante operações policiais.

Barroso também lembrou a validação da Lei das estatais, a rejeição ao assédio judicial a jornalistas e à desqualificação da vítima em crimes sexuais contra mulheres, a definição de que o porte de maconha é infração administrativa e o estabelecimento da quantidade de 40 gramas para distinguir porte para consumo pessoal de tráfico.

Com informações da Assessoria de Comunicação do STF

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Reprodução

O músico Evaldo Rosa, morto por militares

Julgamento: ordem quase unida no STM

Dos nove militares com direito a voto no Superior Tribunal Militar, seis votaram pela diminuição das penas dos integrantes do Exército responsáveis pelas mortes dos músico Evaldo Rosa e do catador de latas Luciano Macedo.

Entre os cinco ministros civis, três votaram por penas mais pesadas e dois acompanharam a maioria dos oficiais-generais.

A redução ocorreu por-

que oito dos 14 ministros (o presidente da corte não vota) consideraram que os homicídios foram culposos, sem intenção.

No primeiro julgamento, os condenados receberam penas que variavam de 31 anos e seis meses a 28 anos de reclusão; agora, vão de três anos e seis meses a três anos. Os responsáveis pelos crimes dispararam 257 tiros em via pública.

‘Pessoas de bem’

Um dos que votaram pela diminuição das punições, o general Marco Antônio de Farias classificou os réus de “pessoas de bem”. Segundo ele, e que os “verdadeiros responsáveis pelo infortúnio” estão livres e soltos, numa referência a bandidos que agem no Rio.

Atiradores

Dos ministros civis, Elizabeth Teixeira Rocha foi a única a defender a manutenção das penas anteriores. Futura presidente do STM, frisou para um colega que absolveu um cabo e quatro soldados, que o primeiro disparou 54 tiros; os demais esgotaram a munição disponível.



Bruno Spada

Câmara aprovou PEC do ajuste fiscal

Oposição ironiza oferta de “emendas pré-datadas”

Deputados da oposição se divertiam ontem com o que classificaram de “emenda pré-datada”. Segundo eles, sem dinheiro para gastar este ano, o governo anda prometendo pagar R\$ 5 milhões de emendas extras para parlamentares que votassem a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que

integra o pacote fiscal.

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) ironizou ao perguntar se o compromisso seria formalizado em forma de cheque ou de nota promissória.

Sóstenes negou qualquer irregularidade no aluguel de carros, objeto de operação da Polícia Federal contra assessores dele e de Carlos Jordy (PL-RJ).

Sem busca

Apesar da operação, Sóstenes ressaltou que considerou importante o fato de o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, não ter autorizado o pedido da PF para que fosse feita busca e apreensão em sua casa e na de Jordy. O Ministério Público também foi contra.

Olho no Dino

Por falar em Dino: deputados e senadores estão com um olho no plenário e outro no STF. Boa parte acredita que o ministro vai conceder liminar no mandado de segurança impetrado pelo deputado Glauber Braga (Psol-RJ) contra o drible que liberou as emendas.

Boulos 1

Advogados do deputado Guilherme Boulos (Psol-SP) decidiram não falar sobre o parecer do Ministério Público que considerou improcedente a ação que ele move contra o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) por suposto abuso de poder político.

Boulos 2

O Correio Bastidores apurou que o Psol quer aguardar uma decisão do juiz eleitoral, já que o parecer do promotor Fabiano Augusto Petean não tem poder de paralisar o processo. Na eleição, a campanha de Boulos já estranhara algumas posições do integrante do MP.